



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 51/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11092/2014.

Apenso: Processo nº 10308/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Nhamundá.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Gledson Hadson Paulain Machado, Prefeito do Município de Nhamundá e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DEATV – Informação nº 156/2016 (fl. 1674).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3472/2016-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 1676/1677).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Nhamundá. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio. Desaprovação das Contas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO, recomendando a **DESAPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS** da Prefeitura Municipal de Nhamundá, exercício 2013, sob a responsabilidade do **Gledson Hadson Paulain Machado**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do §5º do art. 127 da CE/89, c/c o inciso I do art. 18 da LC n. 6/91, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades 01, 02, 04, 11, 16, 17, 18, 24, 35, 38, 39 da Notificação nº 03/2014 -DICAMI e todas as irregularidades da Notificação nº 01/2014-DICOP, constante no item 25 desta proposta de voto).

10- Ata: 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 23 de Agosto de 2016.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 51/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JÚLIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 51/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 51/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 11092/2014.

Apenso: Processo nº 10308/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Nhamundá.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Gledson Hadson Paulain Machado, Prefeito do Município de Nhamundá e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DEATV – Informação nº 156/2016 (fl. 1674).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3472/2016-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 1676/1677).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Nhamundá. Exercício de 2013.

Contas Irregulares. Multa. Prazo. Remessa dos Autos à DICREX. Comunicação ao Estado e à União. Ciência aos Vereadores de Nhamundá. Determinações à Origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Nhamundá, sob a responsabilidade do Sr. **Gledson Hadson Paulain Machado**, Prefeito e Ordenador de Despesas, referente ao exercício 2013, nos termos do inciso I do art. 1º das alíneas b e c do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei estadual nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades 01, 02, 04, 08, 11, 16, 17, 18, 24, 35, 38, 39 da Notificação nº 03/2014 -DICAMI e todas as irregularidades da Notificação nº 01/2014-DICOP, constante no item 25 desta proposta de voto).

9.2- Aplicar multa ao Sr. **Gledson Hadson Paulain Machado**, Prefeito e Ordenador de Despesas, exercício 2013:

9.2.1- no valor de **R\$ 8.768,24** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos) (8x1.096,03), nos termos do art. 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, por não envio dos dados referentes aos balancetes, demonstrações contábeis e documentos de ato de gestão (contratos, notas de empenho e etc) de forma informatizada a esta Corte de Contas contrariando o que dispõe o art. 4º da Resolução TCE/AM nº 10/2012.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 51/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 51/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

9.2.2- no valor de **R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta um reais e vinte e oito centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado à época, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades 01, 02, 04, 08, 11, 16, 17, 18, 24, 35, 38, 39 da Notificação nº 03/2014 -DICAMI e todas as irregularidades da Notificação nº 01/2014-DICOP, constante no item 25 desta proposta de voto).

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do Ofício de comunicação da Decisão, para que os Responsáveis comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento aos cofres do Tesouro do Município de Lábrea do montante declarado em alcance, em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei estadual nº 2.423/96, corrigidos monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei estadual nº 2.423/96);

9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei estadual nº 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução nº 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei estadual nº 2.423/96);

9.5- Remeter os autos à DICREX para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução nº 03/2011-TCE/AM, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;

9.6- Considerar o Sr. Gledson Hadson Paulain Machado, Prefeito e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Nhamundá, exercício 2013, inabilitados por 05 anos para o exercício de cargo de comissão ou função de confiança, em virtude da existência de graves infrações por ele praticadas, nos termos do art. 56 da Lei Orgânica-TCE/AM.

9.7- Comunicar ao Estado e a União sobre o possível bloqueio das transferências Voluntárias à Prefeitura Municipal de Nhamundá enquanto perdurar a irregularidade sobre a ausência de informação no portal de transparência pública, nos moldes da Lei Complementar nº 131/2009 (objeto da Representação Processo 1038/2013, anexo);

9.8- Enviar de cópia dos autos da Representação (Processo 1038/2013, anexo) ao MP para representar judicialmente por improbidade administrativa em face do gestor **Gledson Hadson Paulain Machado**;

9.9- Dar Ciência aos vereadores da Câmara Municipal de Nhamundá para adoção de medidas cabíveis quanto a Representação Processo 1038/2013, anexo).

9.10- Determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

- mantenha todos os documentos contábeis, jurídicos, processos licitatórios e os comprovantes de despesas na sede da Prefeitura, sob pena de novamente a despesa executada ser glosada por este TCE;

- encaminhe pelo sistema SAP os dados necessários à apreciação da legalidade dos atos de pessoal pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, contrariando o disposto na Resolução nº 16/2009-TCE/AM.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 51/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 51/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

- não atrase o envio das informações ao sistema ACP, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução nº 07/02-TCE/AM, c/c Resolução nº 10/2012-TCE/AM;

- encaminhe no prazo estipulado os Relatórios de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da alínea “h” do inciso II do art. 32 da Lei estadual nº 2423/96 e do art. 2º da Resolução nº 11/2009- TCE/AM c/c §3º do art. 165 da CF/88;

- dê publicidade aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), dentro dos prazos estipulados pelo art. 52, c/c o §2º do art. 55, da Lei 101/2000 sob pena de multa por prática de infração administrativa (art. 5º da Lei 10.028/2000), quanto aos RGF;

- nas licitações e contratos, observe todas as regras estipuladas pela Lei federal nº 8.666/93, tais como as relacionadas ao: orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da lei 8666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I da lei 8666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, § 1º da Lei 8666/93), laudo de vistoria (art. 67, § 1º da Lei 8666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei federal nº 8.666/93), entre outras;

- em caso de emergência, que só sejam adquiridos objetos necessários ao atendimento dessa situação, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei federal nº 8.666/93;

- realize procedimento licitatório, nos termos do art. 2º da Lei federal nº 8.666/93;

- utilize a modalidade licitatória conforme o caso, a fim de não violar o §5º do art. 23 da Lei federal nº 8.666/93;

- adote as medidas necessárias para a realização de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da CF/88;

- atenda ao art. 45 da Constituição Estadual c/c art. 43 da Lei estadual nº 2.423/96 que estabelece a Criação de Controle Interno no âmbito Municipal;

- cumpra os art. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei estadual nº 2.423/96 que estabelece a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 51/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 51/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

- cumpra com rigor a Lei federal nº 8.666/93 em especial: a) formalização do procedimento de licitação, dispensa e/ou inexigibilidade; b) formalização dos Contratos firmados; c) conste nos autos o Decreto de nomeação da Comissão de Licitação; d) que faça constar nas notas de empenho no mínimo: d1) número do processo e modalidade de licitação; d2) elemento de despesa, sub elemento, classificação econômica, fonte, saldo do empenho; d3) nome empresarial do credor e a CNPJ do credor; d4) campo específico do valor unitário e quantidade; d5) número do empenho sequencial e crescente; e) que os processos de pagamentos sejam numerados sequencialmente e estejam acompanhado das respectivas nota fiscais, ordem bancárias, nota de liquidação da despesa, certidões negativas do credor etc.;

- observe as regras relacionadas à Lei federal nº 4.320/64, em especial as regras que tratam do patrimônio (capítulo III).

- observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

- implante um sistema de controle patrimonial nos termos do art. 94 da Lei 4.320/64

10- Ata: 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 23 de Agosto de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral